

1
AO EXPEDIENTE DO DIA
11 de 04 de 1996
Em 10 de 04 de 1996
Presidente



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 415/96

Reconhece de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA À SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA", e dá outras providências.

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA À SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA", com sede e foro na cidade de Brejo do Cruz, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1996.

ROBSON DUTRA
Deputado Estadual

Assessoria ao Plenário
Constatou no Expediente
Em 14 de 04 de 1996
Diretor da Ass. ao Plenário

2

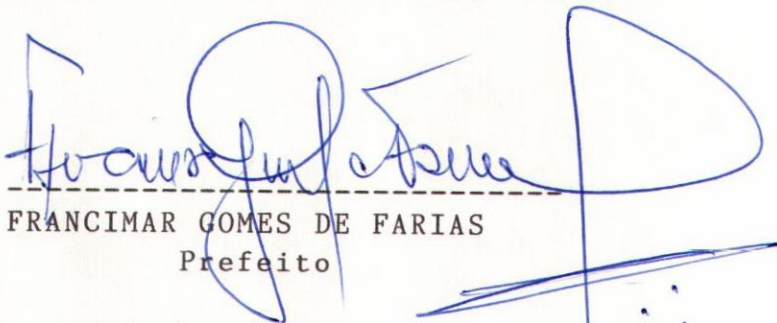
C E R T I D ã O




Certificamos, para fins de prova junto a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que a Fundação Hospitalar e Assistencial Alexandrina Silveira, encontra-se em pleno exercício de suas atividades.

A presente certidão é expressa da verdade.


Brejo do Cruz, 22 de março de 1996


FRANCIMAR GOMES DE FARIAS
Prefeito

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		CGC VALDO ATÉ 30/06/98		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.101.749/0001-98	
NATUREZA JURÍDICA		CPF DO RESPONSÁVEL		ATIVIDADE PRINCIPAL	
16 - ASSOCIAÇÃO		098.409.234-04		9199-5	
ORÇÃO DA RF					
0430104 - PATOS					
FORMA OU RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO COMERCIAL					
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE					
NOME DE FANTASIA					
FUSHAS					
LOGRADOURO		NÚMERO		COMPLEMENTO	
RUA PETRONILO RIBEIRO		50		CGC	
CEP		MUNICÍPIO		UF	
58090-000		BREJO DO CRUZ		PB	
DESCRICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA - OUTRAS ATIV. ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS					

6229145

1

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		CGC VALDO ATÉ 30/06/98		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.101.749/0001-98	
NATUREZA JURÍDICA		CPF DO RESPONSÁVEL		ATIVIDADE PRINCIPAL	
16 - ASSOCIAÇÃO		098.409.234-04		9199-5	
ORÇÃO DA RF					
0430104 - PATOS					
FORMA OU RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO COMERCIAL					
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE					
NOME DE FANTASIA					
FUSHAS					
LOGRADOURO		NÚMERO		COMPLEMENTO	
RUA PETRONILO RIBEIRO		50		CGC	
CEP		MUNICÍPIO		UF	
58090-000		BREJO DO CRUZ		PB	
DESCRICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA - OUTRAS ATIV. ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS					

7145845

1



COD 7560 027147 0

H

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº E- 0.223.877

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CGC: 01.101.12-0001-90
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA À SOCIEDADE
RUA PETRONILIO RIBEIRO SN CENTRO,
CEP: 58890-000 BREJO DO CRUZ PB

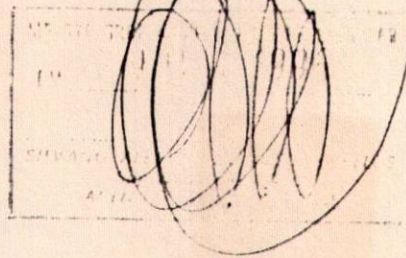
RESERVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUALQUER
DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS. CERTIFICO QUE NÃO CONSTAM, ATÉ ESTA DATA, NESTA UNIDADE,
PENDÊNCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDE-
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

VALIDADE ATÉ 30/09/96 EMITIDA EM 29/03/96

ESTA CERTIFICAÇÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDO GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA



SOCIEDADES

Estado da Paraíba
FUNDAÇÃO HOSPITALAR, DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE
"ALEXANDRINA SILVEIRA" - FUSHAS-
EXTRATO DOS ESTATUTOS SOCIAIS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Título I

Da Instituição, Denominação, Sede, Foro e fins

Capítulo I e II

Disposições Gerais e Finalidades

-Artigos de 1º a 2º

Dispõe acerca da Instituição da entidade, denomina-a de FUNDAÇÃO HOSPITALAR, DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA" e lhe define com a sigla -FUSHAS-, determina sua sede e foro, publica seus fins como não lucrativos, determinação a durabilidade por indeterminada e número ilimitado de sócios, concluindo com as suas finalidades voltadas para criação e manutenção de Hospitais, casas de Saúde, maternidades, pronto socorros, ambulatórios, clínicas médicas e ambulatoriais, gabinetes oftálmicos e odontológicos, consultórios e bancos de sangue, com assistência a saúde, manutenção de órgãos e de departamentos culturais, pesquisas e Estudos sanitários, mecanismos de programas de intercâmbio culturais, sistema de comunicação e radio-fusão, meios comunitários de telecomunicações, programas volantes de Assistência a Saúde.

Capítulo III

Das vedações

-Artigos de 3º a 4º

Veda a discriminação no âmbito de Assistência e participação no desenvolvimento e cumprimento de metas pela entidade.

CAPÍTULO IV

Das Instruções Regenciais e expansão da entidade

-Artigos de 4º a 6º...

Define que o Estatuto é a máxima da entidade, cria a obrigatoriedade de se Elaborar Regimento Interno e Instruções normativas, define que a entidade poderá transpor as fronteiras ad sua sede e foro.

Título II

Do número de sócios, suas categorias

Capítulo I

Disposições definitivas

-Artigo 7º...

Determina que o número de sócios é ilimitado e os define como, Fundador, Benfeitor, Honorário e Contribuinte, com direito a votar e ser votado consequentemente.

Capítulo II

Da participação e direitos dos sócios

-Artigo 8º...

Abre direito a voto com sua confirmação definitiva, define sua participação em todas as atividades da entidade e lhe dar o direito a apreensão de novos associados.

Capítulo III

Dos deveres Sociais

-Artigos de 9º ao 10º.

Trata dos deveres de todos os sócios para com a entidade, mais expressamente o de guarda e cumprimento das normas Estatutárias.

Título III

Dos Órgãos Administrativos da Entidade

Capítulo I

da definição dos Órgãos

Seção I

Da Assembleia Geral, Da diretoria e do Cons. Fiscal.

-Artigos de 11 a 19

Contendo 1 capítulo, 3 Seções e suas sub-seções

Define a Assembleia Geral como Órgão soberano, expressa os direitos de decisões de Eleição, rejeição e aprovação de relatórios, balanços, balanços gerais e prestações de contas, admissão de novos Sócios, julgamento da diretoria, derrogação de questões não expressadas, data de realização ordinárias e meios de realizações extraordinárias, normas para sua convocação e publicação de Edital concernente. Cria a Diretoria composta de três membros efetivos e três substitutos legais, dando as suas competências e poderes, além de direitos, deveres e obrigações. Cria Conselho Fiscal, dando-lhe responsabilidade, deveres, direitos e obrigações, poder de denúncia, suspensão de poderes da Diretoria, submete-o aos poderes da Assembleia Geral e do Poder Judiciário e define a proibição de remuneração aos dirigentes e conselheiros.

Título IV

Do Patrimônio e Caso de Dissolução da entidade

Seção I, II,

Trata do Patrimônio e da dissolução

-Artigos 20 e 21

Declara de que se constitui o Patrimônio da entidade, dar poderes para busca de recursos em diversos programas e meios de filantropias e determina que com a dissolução da entidade os seus bens serão distribuídos em favor de entidades congêneres e órgãos que lhe proporcionaram bens, voltando-os as suas origens.

Título V

Das disposições Gerais

SEÇÕES I, II, III, IV

Define a dissolução, cria meios de honorarias, símbolos e determina as disposições finais.

Artigos de 22 a 30

Redefine legalmente como dissolver ou fazê-la permanecer existente, dar poderes para criação de meios de honorarias, símbolos para entidade, Registro do Estatuto, Regimento Interno e outros documentos e normas. Determina sua publicação.

Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, em 03 de Setembro de 1994.

Presidente.

1º Secretário

2º Secretário

Conselho Fiscal



** DECARLITO - SERVIÇO NOTARIAL - 10. OFÍCIO DE NOTAS **

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reproduzida fielmente do original que me foi exibido. Dou fe.

João Pessoa, 10 de Maio de 1995

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR, DE SAUDE E ASSISTEN
CIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA",
DA CIDADE DE BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARA
RAÍBA, REALIZADA A DE DE 1.994.

07
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Assessoria
Plenário
** DECARLINTO - SERVIÇO NOTARIAL - 10 OFÍCIO DE NOTAS **
AUTENTICAÇÃO ##
Certifico que a presente copia e reprodução fiel do
original que me foi exibido. Dou fe'.
João Pessoa, de de 1995
94453 OFÍCIO

Aos três (03), dias do mês de Setembro
do ano de mil novecentos e noventa e quatro (1.994), nos salões da
Associação, digo da Sociedade Artística e Cultural (SAC), às 00 ho
ras, teve início a Assembléia Geral para este momento convocada em Edi
tal prévio contado do prazo de oito dias, e sob a seguinte direção:
Presidente: Francinete Gomes de Farias Fernandes
Secretaria: Orion Ferreira de Sousa
Tesoureira: José Fernandes da Cunha

Seguindo as normas legais a Presidente declarou abertos os
trabalhos e determinou a leitura do Edital de convocação com a Publica
ção da da respectiva pauta de trabalhos, sendo obedecida pela Secreta
ria que fez saber a seguinte ordem do Dia:

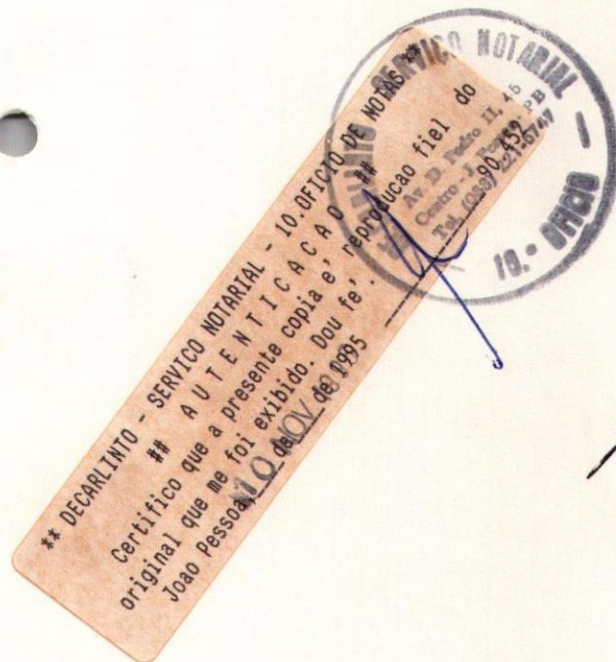
- 1º - Discussão e votação consequente do Estatuto Social, apresentado
por comissão para este fim constituída;
- 2º - Eleição da sua diretoria definitiva para os cargos de:
 - a) Presidente;
 - b) Vice Presidente;
 - c) 1º e 2º Secretários;
 - d) 1º e 2º Tesoureiros.
- 3º - Eleição de Conselho fiscal composto de:
 - a) três membros efetivos;
 - b) três suplentes.

Lida a pauta a Secretaria comunicou a Presidente que ha
via bolado um modelo para votação dos sócios e a Presidente retomando
a palavra, declarou abertas as discussões e convidou o Dr. Orion Fer
reira de Sousa, para apresentar o Projeto de Estatuto e realizar a sua
leitura. O convidado, ao comparecer disse que havia autógrafos moldes
do projeto suficiente para todos os presentes e os distribuiu. Em se
guida conforme se determinou iniciou a leitura sendo acompanhado por
todos. Após a Leitura a matéria foi posta em discussão, não havendo a
mínima contestação o que credenciara a matéria a ser posta em votação.
Votada a matéria Estatutária observou-se que todos foram unânimes em
seu favor. Definido o ponto 1º da Pauta, a Presidente comunicou que
aqueles que desejassem concorrer para os cargos em destaque se apre
sentassem, sendo opinião do Sr. José Fernandes da Cunha, que, ficasse
livre aos sócios escolher seus representantes, julgando desnecessário
a apresentação de chapas. Ao concluir suas palavras em obediência as
decisões que já se mostravam em 100% ao acatamento da proposta, a Pre
sidente determinou que se iniciasse o Processo de votação que muito em
bora fosse livre a escolha por não ter concorrentes, foi por forma Se
creta. Ao final da 2ª Etapa da pauta, pronunciou-se os Eleitos para:
Presidente: Francimar Gomes de Farias
Vice: Presidente: Valdélida Gomes Silveira Melquiádes
1º Secretário: José Fernandes da Cunha
2º Secretário: Tânia Maria Gomes Silveira

Presidente da
a terceira
sa
a
des
ordem:

3^o Membro

1º Presidente
Ju' Remundo de Paula
2º Secretario
Francinete Gomes de Farias Fernandes
3º Tesoureiro
Conselho Fiscal
1º Membro
Sei Ferreira de Sousa
2º Membro
Amarelle Gomes Fernandes
3º Membro



Estado da Paraíba
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE
"ALEXANDRINA SILVEIRA" - FUSHAS -

ESTATUTOS SOCIAIS

TÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINS
CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º - A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA", é uma entidade Civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada, número de Sócios ilimitado, tendo por sede e fôro a Cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, Constituída legalmente a 03 de Julho de 1.994.

Parágrafo Único - Para os fins de Identificação, Fica a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA", reconhecida pela Sigla -FUSHAS-, pronunciada "FUSAS" e por este termo devidamente reconhecida, tendo as primeiras letras F U a significação da denominação de FUNDAÇÃO, o S H, dando definição de HOSPITALAR E SAUDE e as duas últimas letras A S, definir definitivamente a denominação ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE.

CAPÍTULO II
Das finalidades

Art. 2º - A FUSHAS, tem por finalidade, sem prejuízos de outras atividades que possa desenvolver:

- I- Assistência a Saúde;
- II- Assistência a Maternidade, a Infância, deficiência e a Velhice;
- III- Criação e manutenção de Hospitais, Casas de Saúde, Maternidades, prontos Socorros, ambulatorios, Clínicas Médicas e Odontológicas, Centros Oftalmológicos, consultórios e Bancos de Sangue que visem atender a coletividade.
- IV- Criação e manutenção de órgãos e departamentos Culturais, de todos os fins;
- V- Criação e manutenção de órgãos de pesquisas e estudos Sanitários;
- VI- Criação e manutenção de órgãos e mecanismos de difusão de Programas culturais e de Saúde, inclusive sistemas de radio-difusão e jornais, além órgãos de imprensa para estes fins, como também meios de Telecomunicações comunitárias;
- VII- Criação e manutenção de Programas volantes de Assistência a Saúde nos meios Rurais e Periféricos;
- VIII- Realização de Palestras, Estudos, Seminários, Simpósios e outros meios de contactos públicos, voltados para o esclarecimento e ensinamentos a Sociedade acerca dos seus serviços.

CAPÍTULO III



qualquer tipo de discriminação.

CAPÍTULO IV

Das Instruções Regenciais e expansão da entidade

Art. 4º - A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA" -FUSHAS-, se regerá por este Estatuto, Regimento Interno e Instruções normativas de todos os fins, baixadas pela sua direção, Assembléia Geral e meios outros que dispuser.

Art. 5º - Com a finalidade de atingir seus objetivos, a FUSHAS, se organizará em quantas Unidades necessárias se fizerem, para prestação essencial de seus serviços, podendo transpor as fronteiras de sua sede e fôro, atingindo as carências de outras comunidades e Regiões.

Art. 6º - Ao concretizar-se a implantação de um núcleo de prestação de serviços pela entidade, fora do seu domicílio, deverá se baixar imediatamente INSTRUÇÃO NORMATIVA pela sua diretoria, sempre com referendo da Assembléia Geral, criada conforme o presente Estatuto e definida como Órgão soberano de decisões da entidade, que disporá imediatamente acerca de conveniências Jurisprudenciais e normas forenses a que se submeterá o núcleo criado.

TÍTULO II

DO NÚMERO DE SÓCIOS E SUAS CATEGORIAS

CAPÍTULO I

Disposições definitivas

Art. 7º - A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE "ALEXANDRINA SILVEIRA" -FUSHAS-, na forma do art. 1º, do presente Estatuto, tem ilimitado número de sócios que se distribuem nas categorias a saber:

I- FUNDADOR; aquele que participar da Assembléia Geral que instituiu a entidade, tendo direito a votar e ser votado;

II- BENFEITOR; aquele que durante a existência da entidade contribui para seu engrandecimento e assim seja reconhecido pelos seus membros em Assembléia Geral, tendo direito a votar e ser votado;

III- HONORÁRIO; aquele que prestar relevantes serviços a entidade, seja reconhecido digno da Titularidade pela Assembléia Geral, garantindo-lhe a honorabilidade social e assegurando-lhe o direito de votar apenas;

IV- Contribuinte; aquele que igual aos demais, contribuir espontaneamente com a entidade, sendo pleno o seu direito de votar e ser votado.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO E DIREITOS DOS SÓCIOS

Art. 8º - Os Sócios, além do voto exercerão o direito à:

I- Tomar parte às Assembléias Gerais, com direito a votar e ser votado, excetuando-se o direito de ser votado ao Sócio honorário;

II- apresentação de propostas que visem a melhoria da entidade ou apresentação de novos sócios para os seus quadros, quando assim abrir precedência a Assembléia Geral;

Art. 9º - Os sócios têm o dever de:

- I- contribuir diretamente para o desenvolvimento da entidade;
- II- cumprir e zelar pelo cumprimento das suas reais funções e normas Estatutárias e Regimentais, bem como observar as suas Instruções;

Art. 10 - Os Sócios não respondem Jurídica, Extrajudicial ou Politicamente pela entidade.

TÍTULO III

DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE

CAPÍTULO I

Da definição dos Orgãos

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL, DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 11 - São Orgãos da Fundação Hospitalar e de Saúde e Assistência a Sociedade "Alexandrina Silveira", -FUSHAS-, de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba:

- I- Assembléia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Fiscal.

** DECARLINTO - SERVIÇO NOTARIAL - 10. OFÍCIO DE NOTAS **

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente copia e' reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fe'.

João Pessoa, 10 de NOV de 1995

90.4785

Centro - J. Pessoa
Tel. (083) 221-5747

SUB-SEÇÃO I

Da Assembléia Geral

Art. 12 - A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano da Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência a Sociedade "Alexandrina Silveira", sendo composta por maioria absoluta dos Associados na forma legal e têm a seguinte competência:

- I- Eleição da Diretoria e respectivo Conselho Fiscal;
- II- Admissão de Sócios;
- III- Reforma do seu Estatuto, aprovação e reforma do seu Regimento Interno;
- IV- Implantação de Núcleos fora do domicílio da entidade;
- V- Baixada de Instruções normativas a ela pertinente, conforme dispuser o presente estatuto e regimento Interno;
- VI- Alienação e permuta de bens patrimoniais e hipotecas;
- VII- extinção da entidade nos termos do artigo 21 do presente Estatuto.

§ 1º - A Assembléia Geral é realizada ordinariamente todos os anos no dia 03 de Julho, por convocação da Diretoria, publicada por prazo de oito dias, sem segunda convocação.

§ 2º - Na Assembléia Geral Ordinaria, a cada dois anos, se renovará por eleições democráticas, a diretoria e o conselho fiscal, na forma por este Estatuto disposta.

§ 3º - Ainda se realizará Assembléia Geral, em caráter extraordinário, por convocação da Diretoria ou de metade mais um dos Sócios, a qualquer tempo, com primeira convocação por prazo de oito dias e em segunda por três dias, obedecendo os seguintes critérios:

11
cação, que se dará qualquer número, na forma do disposto pelo parágrafo 1º, deste artigo;

II- Em segunda convocação por prazo de três dias, contados da data que for baixada o Edital, se instalando com qualquer número de Sócios.

§ 4º - O Edital de convocação, em primeira ou segunda hipótese contará do dia e hora da publicação, constando da data, hora e local para sua realização, pauta e ordem do Dia, podendo ser divulgado:

I- Em diário Oficial;

II- em Jornal de Circulação na Cidade ou onde estiver o Sócio;

III- através de serviços de radio-fusão;

IV- difusoras e alto falantes local;

V- Outros meios de Imprensa;

VI- Correspondências aos Sócios, devidamente comprovadas;

VII- afixação na sede e outros locais públicos tradicionais.

§ 5º - O Edital de que trata o Artigo anterior, será publicado em um dos órgãos tratados nos seus incisos ou em um único órgão, e ainda, nos que as vias de acesso forem melhores e convenientes a entidade.

SUB-SEÇÃO II Da Diretoria

Art. 13 - A Diretoria da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE E ASSISTÊNCIA A SOCIEDADE -FUSHAS-, "ALEXANDRINA SILVEIRA", é composta por obrigatoriamente:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- 1º Secretário;

IV- 2º Secretário;

V- 1º Tesoureiro e

VI- 2º Tesoureiro.

4º - É competência do Presidente, sem prejuízos de outras atribuições naturais a autoridades do seu cargo:

I- Presidir as Assembléias Gerais, após convocá-las com o 1º Secretário, 1º Tesoureiro, ou a tiver visto convocada por número legal de seus sócios;

II- presidir as reuniões e eventos promovidas pela entidade;

III- representar a entidade em juízo e fora dele;

IV- cumprir e Zelar pelo cumprimento do Estatuto, Regimento Interno de outras normas sociais da entidade;

V- Assinar Cheques com o Tesoureiro, dar quitação e zelar pelo patrimônio da entidade;

VI- Assinar todos os balanços, balancetes e prestações de contas sem prejuízo das atribuições do tesoureiro;

** DECARLINTO - SERVICO NOTARIAL - 10. OFICIO DE NOTAS

AUTENTICACAO

Certifico que a presente copia e' reproducao fiel do original que me foi exibido. Dou fe' a esta certificação em 10 de Novembro de 1995.

Joao Pessoa, de de 1995

90.480

19

§ 2º - Ao Vice-Presidente é dada a competência de substituição em todas as fins, inclusive quando necessário a conclusão de mandato do Titular e dever de colaboração com o Presidente para direcionamento e organização da entidade.

§ 3º - É competência do 1º Secretário, sem prejuízo de outras pertinentes a autoridades sociais, com atribuições iguais ou semelhantes a sua:

I- manter sob sua guarda e Zêlo, o Estatuto, os livros de Atas, o Regimento Interno, Instruções normativas e outros acêrvos da entidade em destaque;

II- lavrar, registrar e manter no acêrvo, as atas e correspondências da entidade;

III- expedir correspondências e documentos, sem ferir a competência dos demais membros da Diretoria;

IV- secretariar as Assembléias Gerais, Reuniões e eventos pela entidade realizadas;

V- elaborar, discutir com a diretoria os relatórios da entidade, encaminhá-los ao Conselho Fiscal e Assembléia Geral, bem como publicá-los;

VI- coordenar as atividades Internas da entidade;

VII- dar provimento ao empregado, registrar todos os atos e conceder férias ou outros benefícios concernentes.

§ 4º - Ao segundo Secretário compete o caráter de substituição e colaboração ao Titular no cumprimento das suas obrigações.

§ 5º - É Competência do 2º Tesoureiro, sem que prejuízos a outros deveres direitos e obrigações peculiares a autoridades congêneres lhes seja tiradas:

I- manter sob sua guarda os frutos resultantes de arrecadações contribuições, títulos que se constituam rendas, auxílios, donativos e outros;

II- contrair débitos com anuência da diretoria e sem prejuízos para as atribuições dos demais;

III- pagar e manter em dia as obrigações financeiras da entidade;

IV- assinar cheques, duplicatas e promissórias, sem prejuízo das obrigações do Presidente;

V- assinar e apresentar relatórios, balancetes, balanços e prestações de contas, encaminhando-os a quem de direito e mais precisamente ao conselho fiscal na forma do presente estatuto;

VI- manter sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos e apólices financeiras da entidade;

VII- manter sob sua administração, sem prejuízos para as atribuições da Assembléia Geral e membros da diretoria, todos os bens pertencentes a entidade;

VIII- manter em agência bancária, sempre que possível Oficial, todos os recursos financeiros pertencentes a entidade.

§ 6º - É Competência do segundo tesoureiro, a substituição e

** DECARLINTO - SERVIÇO NOTARIAL - 10. OFÍCIO DE NOTAS **
AUTENTICAÇÃO ##
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que se foi exibido. Dou fé.
João Pessoa, 11 de Maio de 1995
[Stamp: SERVIDOR PÚBLICO, 10. OFÍCIO DE NOTAS, 11-5747, (043)]

06
05
[Stamp: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Estado da Paraíba, 13, 1995]

§ 7º - Se preservará dentro da diretoria o caráter de substituição, obedecendo a ordem hierárquica, não funcionando uma ação conjunta sem a anuência de dois terços dos seus membros, calculada no número de efetivos, ou seja, dois.

§ 8º - Para complementação do quadro de membros da Diretoria, não havendo remanescer dos eleitos para efetivos ou substitutos legais, são considerados membros da Direção os sócios mais antigos da entidade e em segundo plano acatar-se-á a participação pela idade.

Art. 14 - A diretoria da FUSHAS, terá mandato de dois anos, na forma disposta pelo art. 12, parágrafo 2º, deste Estatuto, garantindo-se a reeleição por no máximo duas vezes, a partir de então direito a recondução para o mesmo cargo.

SUB-SEÇÃO III

Competências da Diretoria em ação conjunta

Art. 15 - Sem prejuízo das atribuições de cada membro, a diretoria atuará conjuntamente nos seguintes casos:

I- Elaboração e execução de programas de atividades;

II- elaboração e apresentação de seu relatório anual a Assembleia geral;

III- articulação com outras entidades;

IV- promoção de atividades conjuntas com entidades congêneres e afins;

V- concurso e admissão, contratação de pessoal, obras e serviços, bem como demissão e readmissão de empregados.

Art. 16 - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês e registrará em ata as suas decisões que farão parte do relatório anual de atividades.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE

Art. 17 - O Conselho fiscal da Fundação Hospitalar de Saúde "Alexandrina Silveira", é órgão fiscalizador da entidade, composta de três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos e empossados em iguais datas que a diretoria, com igual durabilidade e sem direito a reeleição para o período seguinte, podendo o suplente que não tenha assumido nos últimos 12 meses as atribuições dos titulares concorrer sem impedimentos.

Parágrafo Único - Não é permitida a condução ao conselho fiscal da entidade, componentes da Diretoria anterior, não sendo impedida a participação do Vice-Presidente, 2º Secretário e 2º Tesoureiro que não tenha assumido cargo no último ano, ou seja até os últimos 12 meses da gestão diretora.

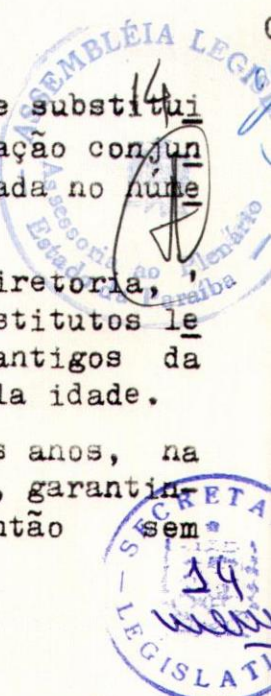
SUB-SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL

Art. 18 - É Competência exclusiva do conselho fiscal da FUSHAS:

I- exame e análise da escrituração contábil e financeira da entidade;

II- exame e apresentação de parecer para a Assembleia geral, a-



III- análise de convênios e contratos de todos os fins, com ou por a entidade Celebrados;

IV- fiscalização da aplicação de recursos e preservação dos bens a entidade pertencentes;

V- apresentação de Parecer sobre os casos previstos no Inciso VI, do artigo 12 do presente Estatuto;

VI- suspensão de Poderes da Diretoria em norma prévia, até de liberação da Assembléia Geral, sem prejuízo de atribuições pertinentes ao Poder Judiciário.

Parágrafo Único - O Conselho fiscal, reunir-se-à obrigatoriamente, ao final de cada trimestre para o cumprimento das suas atribuições legais e extraordinariamente por necessidade veemente.

SEÇÃO III

DAS PROIBIDADES DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 19 - É proibida terminantemente aos membros da Diretoria e respectivo conselho fiscal, remuneração por atribuições em virtude do mandato de membro, seja efetivo ou suplente, ainda se substituto, sem prejuízo dos casos de exercer suas atribuições profissionais, observados os princípios da Lei 8.666, de 23 de Junho de 93.

TÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO E CASOS DE DISSOLUÇÃO

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 20 - Constitue-se Patrimônio da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE "ALEXANDRINA SILVEIRA" -FUSHAS-, os bens:

I- móveis;

II- imóveis;

III- semoventes;

IV- apólices de dívidas públicas;

V- resultados de campanhas;

VI- donativos e doações;

VII- contribuições sociais;

VIII- lucros obtidos de aplicações dos seus bens financeiros;

IX- frutos de repasses por missões estrangeiras.

SEÇÃO II

DOS CASOS DE DISSOLUÇÃO

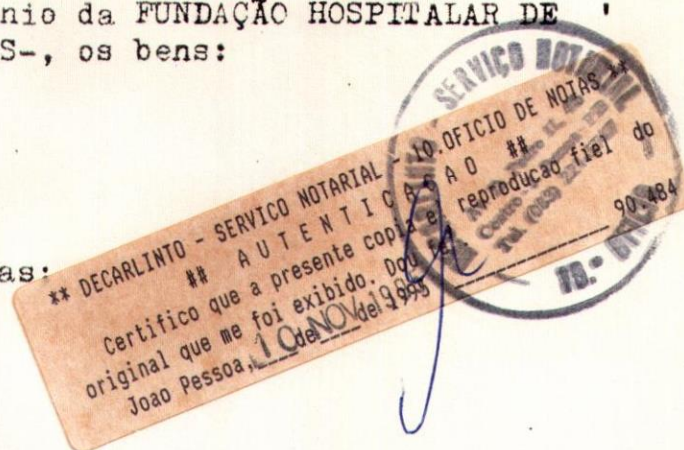
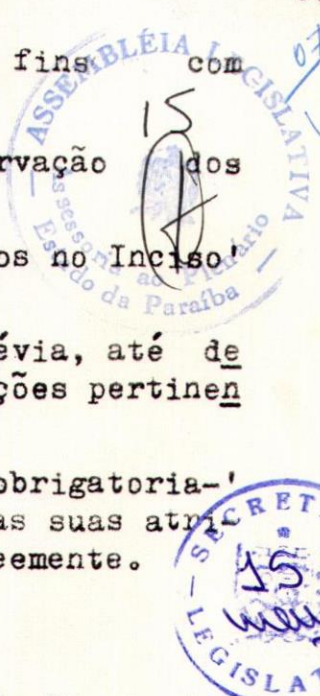
Art. 21 - A entidade sobreviverá, enquanto número básico para sua manutenção, de sócios perdurarem com os mesmos ideais, só sendo dissolvida por decisão de dois terços dos seus membros,-

Parágrafo Único - Em caso de dissolução, o Patrimônio da entidade reverterá em favor de entidades congêneres, podendo ser retomado para a origem o bem que lhe for repassado por entidade pública ou Governamental, sem prejuízo das decisões judiciais pertinentes.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I



15
Art. 22 - Tomada a decisão de dissolver a entidade, esta será publicada imediatamente ao Público e de Ofícios a outras entidades congêneres existentes na sua sede e aos seus benfeitores, em se relacionando com órgãos que durante a sua duração ofereceram ou colocaram bens de sua propriedade a disposição e para uso da entidade.

Parágrafo Único - O requerimento por entidades de que trata o Caput., do presente artigo, será justificado e encaminhado ao Poder Judiciário, via curador público e aquisição dos bens se dará através de Edital do Juízo da Comarca, da vara da fazenda Pública.

SEÇÃO II

DAS COMENDAS HONRARIAS QUE PODE CONCEDER A ENTIDADE

Art. 23 - A FUSHAS, poderá criar comendas e Títulos, ou honrarias, para o cumprimento do seu dever de gratidão para com seus benfeitores diretos e indiretos, autoridades e outros que julgar.

Parágrafo Único - As honrarias de que trata o Caput., deste artigo, serão criadas por Instrução normativa e submetidas a Assembleia Geral.

SEÇÃO III

DOS SIMBOLOS DA ENTIDADE

Art. 24 - Por ato da Diretoria, devidamente aprovados em Assembleia Geral, serão criados simbolos e representações da entidade, que se constituirão de:

I- bandeira;

II- hino;

III- broxuras e outros.

SEÇÃO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Este Estatuto será transcrito em livro próprio, com folhas tipograficamente enumeradas e cumprimento de exigências comuns, Publicado no Diário Oficial do Estado e devidamente Registrado em cartório, tornando-se do conhecimento dos Sócios e de toda a Sociedade.

Art. 26 - É permitida Emenda, reformulação total e parcial do presente Estatuto, por proposta de membro, comissão ou diretor a Assembleia Geral e por esta aprovado por maioria absoluta de Sócios presentes e em dia, oportunidade em que se discutirá unica e exclusivamente o Estatuto.

Art. 27 - No livro em que se registrar o presente Estatuto, de verá registrar-se todas as Emendas e reformulações a ele pertinentes.

Art. 28 - A entidade manterá livro de Registro de Regimento Interno, livro de normas e Instruções e Registro de Sócios, bem como de servidores ou empregados efetivos e por prestação de serviços.

Art. 29 - Do presente Estatuto se tirará extrato para a publicação, contendo a publicidade dos seus objetivos primordiais.

Art. 30 - Aprovado em Assembleia Geral de 03 de julho de 1.994, Este Estatuto entrará em vigor na data da sua Publicação.

** DECARLINTO - SERVICO NOTARIAL - 10 OFICIO DE NOTAS **
AUTENTICACAO ##
Certifico que a presente copia e' reproducao fiel do original que me foi exibido. Dou fe'
Joao Pessoa, 10 de NOV de 1993 90.487

16
Francisco de Jesus
Presidente.

Ysabel de Araújo
1º Secretário

Tânia Maria Gomes Silveira
2º Secretário

Conselho Fiscal:

[Assinatura]
1º Membro

[Assinatura]
2º Membro

[Assinatura]
3º Membro

ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE BREJO DO CRUZ
CARTÓRIO DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

PROTÓCOLO

O Estatuto da Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "Alexandrina Silveira" foi apresentado hoje para registro e logo PROTOCOLADO no Livro A nº 2, às fls. 105, sob nº 323. Dou fé.

Brejo do Cruz, 17 de julho de 1995.

Ana Fátima Filha
ANA PORTE FILHA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

NOTAÇÃO

Certifico que o Estatuto da Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "Alexandrina Silveira", foi registrado hoje em sua íntegra, no Livro A nº 1 (Registro de Pessoas Jurídicas), às fls. 45 a 47v, sob nº 28.

O referido é verdade; dou fé.

Brejo do Cruz, 17 de julho de 1995.

Ana Fátima Filha
ANA PORTE FILHA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

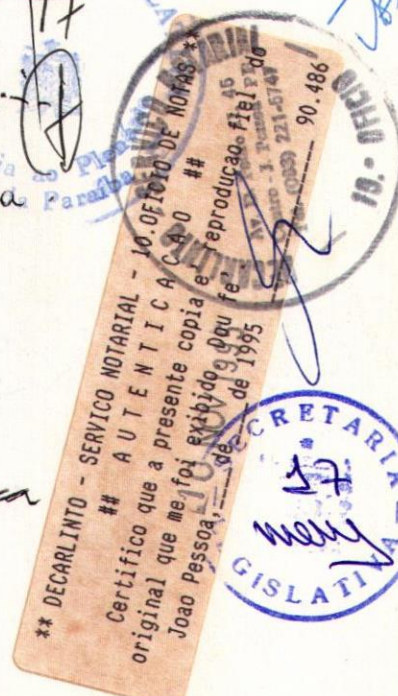
09.223.280 / 0001-71

Brejo do Cruz Cartório do 1º Ofício

DR. ANTONIO GOMES

CARTÓRIO "RODRIGUES"

Maria de Lurdes Rodrigues de Melo





Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. _____ Sob No 415/9
EM, 11 / 10 / 96
[Signature]



Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia ____ / ____ / ____
de 19 ____
EM ____ / ____ / ____
SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa
Em ____ / ____ / ____

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Tarcizo Tolino
Em, 21 / 4 / 96
[Signature]
Presidente

18

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 415/96.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA
A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE
E ASSISTÊNCIA À SOCIEDADE
"ALEXANDRIA SILVEIRA", E DAS
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : DEP. ROBSON DUTRA
RELATOR: DEP. TARCIZO TELINO

PARECER

RELATÓRIO

O Projeto de Lei N. 415/96, de autoria do Deputado ROBSON DUTRA, vem à esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise e tem por objetivo reconhecer de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "ALEXANDRIA SILVEIRA", localizado na cidade de Brejo do Cruz, neste Estado.

A proposição constou no Expediente do dia 11 de abril de 1996, vindo regimentalmente a este órgão técnico legislativo para apreciação e elaboração de parecer.

é o relatório.

VOTO DO RELATOR

A pretensão do ilustre parlamentar é legítima sob todos os aspectos, uma vez que, encontra-se a matéria devidamente instruída sendo-lhe peculiar a presente iniciativa.

Este reconhecimento público através de lei, é instituto imprescindível a toda entidade que promove no âmbito estadual, política voltada ao desenvolvimento da comunidade.

Inserida neste contexto, a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "ALEXANDRIA SILVEIRA", há tempo presta serviços na cidade de Brejo do Cruz-PB, atuando em especial nas áreas de saúde educação, lazer e trabalho, estando em pleno funcionamento.

19

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Portanto, esta relatoria reconhece os relevantes trabalhos desenvolvido por esta entidade de classe, a qual se posiciona pela constitucionalidade e juridicidade, quanto a técnica legislativa, apresento **EMENDA DE REDAÇÃO** ao projeto nos termos do artigo 98, parágrafo 6o., inserindo no texto da matéria as seguintes expressões: "**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**", sem alterar sua forma ou conteúdo.

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares desta Comissão a aprovarem o Projeto de Lei N. 415/96, acrescentando-se em sua redação final as expressões supra citadas.

É o voto.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1996.



Dep. TARCIZO TELINO
RELATOR

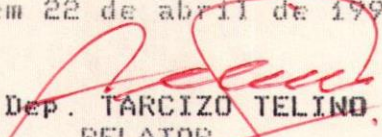
PARECER DA COMISSÃO

Em reunião plena, esta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator Deputado Tarcizo Telino, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei N. 415/96, com emenda de redação ao texto original sem alterar sua forma ou conteúdo.

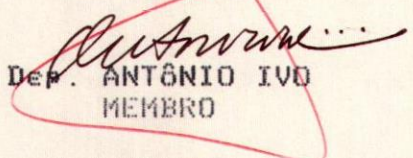
É o parecer.

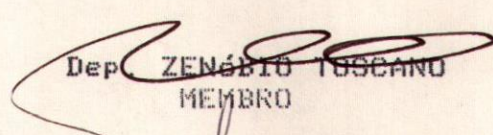
Sala das Comissões, em 22 de abril de 1996.


Dep. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE

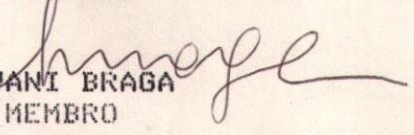

Dep. TARCIZO TELINO
RELATOR

Dep. LUIZ COUTO
MEMBRO


Dep. ANTÔNIO IVO
MEMBRO


Dep. ZENÓBIO TOSCANO
MEMBRO

Dep. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO


Dep. VANI BRAGA
MEMBRO

20

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



C E R T I D ã O

CERTIFICO, para fins de comprovação perante o Presidente da Comissão de Constituição Justica e Redação desta Casa Legislativa, que o Projeto de Lei N. 415/96, de autoria do Deputado ROBSON DUTRA encontra-se devidamente acompanhado dos documentos necessários ao devido reconhecimento de utilidade pública. Sendo a presente certidão expressão da verdade.

Sala das Comissões Técnicas, em 22/04/96.


ELMANO JOSÉ COELHO DE CARVALHO
ASSESSOR LEGISLATIVO AUXILIAR MAT: 270.214-2



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Ofício nº 652

João Pessoa, em 26 de Abril de 1996.

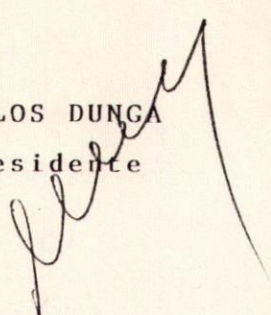


Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 415/96, de autoria do Deputado ROBSON DUTRA, que Reconhece de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "ALEXANDRINA SILVEIRA", e dá outras providências.

Atenciosamente

CARLOS DUNGA
Presidente



Exmo. Sr.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

N E S T A



22

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



AUTÓGRAFO Nº 45/96

PROJETO DE LEI Nº 415/96

Reconhece de Utilidade Pública a
Fundação Hospitalar de Saúde e Assis-
tência à Sociedade "ALEXANDRINA SIL-
VEIRA", e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

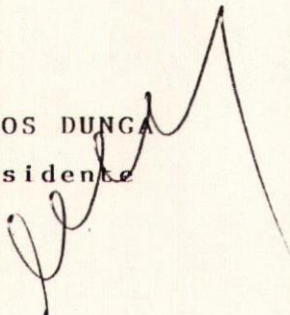
Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "Alexandrina Silveira", com sede e foro na cidade de Brejo do Cruz, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, em 26 de Abril de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente





ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 07 / 05 / 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

Carminha

LEI Nº 6.273 , DE 30 DE ABRIL DE 1996



Reconhece de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "ALEXANDRINA SILVEIRA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde e Assistência à Sociedade "Alexandrina Silveira", com sede e foro na cidade de Brejo do Cruz, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 30 de abril de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR